

Sarney, o PMDB e seu mandato

Luiz Orlando Carneiro

NINGUÉM discute o raciocínio do presidente Sarney de que quanto mais cedo for definida a duração do seu mandato menos dramáticas serão as negociações da dívida externa. O que se pergunta — tendo em vista a atual conjuntura político-econômica — é se o presidente, ao pressionar nesse sentido, não estará levando os constituintes — com o apoio dos governadores e demais postulantes à sua sucessão — a uma definição apressada, que ou lhe custará mesmo a redução do mandato ou de nada valerá em face de fatos subsequentes ainda imprevisíveis.

O raciocínio dos críticos da aflição do presidente parte da premissa de que a fixação do tempo de seu mandato estará, seja agora, seja daqui a seis meses, sempre na dependência dos altos e baixos do seu governo. Portanto, seria mais conveniente para ele próprio dar tempo ao tempo, e rolar o problema — como a dívida externa — à espera de “uma volta por cima”.

Políticos ligados ao Palácio do Planalto, no entanto, têm outros argumentos para explicar a insistência de Sarney para que se resolva de uma vez por todas a questão. Os problemas externos são relevantes. Mas há outros problemas domésticos que vêm incomodando o presidente, entre eles tentativas de “extorsão política”, tendo como “moeda” a extensão do seu mandato.

Sabe-se agora que, nas conversas que teve com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães (antes da conquista

pelo senador Mário Covas da liderança do partido na Constituinte), o presidente Sarney quis saber se seria conveniente para o PMDB enfrentar uma eleição presidencial logo depois de encerrados os trabalhos constitucionais, ou mais para frente. Naquela ocasião, Ulysses Guimarães tomou conhecimento de uma pesquisa do Instituto Gallup dando conta de que 52% dos entrevistados preferiam o presidencialismo, e que 42% deles desejavam a “volta dos militares”.

Segundo esses mesmos informantes, o presidente da Assembléia Constituinte está convencido de que o PMDB como um todo está tão desgastado como o Governo, não sendo conveniente para o partido disputar uma eleição presidencial nem no fim do próximo ano (caso do mandato de quatro anos), e muito menos misturar eleições de prefeitos com a do presidente (1988). É por isso que o deputado Ulysses Guimarães, apesar de derrotado na escolha do líder do partido na Constituinte, continua a ter como certo o mandato de cinco anos para o atual e os futuros presidentes da República. Outro argumento em favor dos cinco anos é o de que os governadores precisam de mais tempo para se credenciar à sucessão. Se a eleição do sucessor de Sarney fosse no fim deste ou no final do próximo ano, os novos governadores não teriam ainda credenciais administrativas.

Finalmente, havendo uma tendência no sentido de que o novo sistema de governo seja um parlamentarismo híbrido, mas de todo jeito com a figura do Primeiro-Ministro, considera-se

que a negociação do mandato presidencial merece um outro enfoque. Nos regimes parlamentaristas, o Chefe de Estado não deve ter mandato inferior a cinco anos (França, sete anos; Portugal, cinco, com direito a duas reeleições; Alemanha, cinco, com direito a uma reeleição).

Para os defensores do mandato de cinco anos, o que será negociado agora é como fazer o acordo — se em convenção do PMDB, se numa reunião do diretório nacional, ou se através da subscrição, pelo PMDB e PFL, de um projeto na Comissão do Poder Executivo e Sistema de Governo da Assembléia Constituinte.

O PFL, através de sua bancada no Senado, reafirmou a posição do partido pela manutenção dos seis anos de mandato para o atual presidente, na linha do “direito adquirido”. Mas da mesma forma que, como no caso da composição da mesa da Assembléia, o PFL exigiu demais, para depois recuar e conseguir um pouco mais do que lhe garantiria sua força numérica na Constituinte, o partido está insistindo os seis anos de mandato, mas acabará por aceitar a composição em torno dos cinco.

Como lembrava um parlamentar, um mandato de seis anos não deve interessar nem ao Presidente Sarney, pois se ele ficasse no poder até 1990, nenhum de seus filhos poderia se candidatar ao Governo do Maranhão para suceder Epitácio Cafeteira. Seriam inelegíveis.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília